

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO N. 01 – Segundo a Teoria da Categoria de Elementos Constitucionais, pode-se afirmar que as normas destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, incluem-se na categoria de elementos:

- a) Orgânicos
- b) Limitativos
- c) Sócio-ideológicos
- d) De estabilização constitucional
- e) Formais de aplicabilidade

QUESTÃO N. 02 - Sobre a competência e atribuições do Ministério Público, observada a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, é correto AFIRMAR:

I - Compete ao Supremo Tribunal Federal a solução de conflito de atribuições a envolver o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual.

II - A Constituição da República é omissa quanto à competência para solução de conflito de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual.

III - Quando, além do conflito de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, também houver conflito de jurisdição entre Justiças distintas (havendo decisão jurisdicional), a competência para decidir o conflito é do Superior Tribunal de Justiça.

- a) Todas alternativas estão corretas
- b) Todas as alternativas estão incorretas
- c) Correta apenas a alternativa I
- d) Correta apenas a alternativa II
- e) Correta apenas a alternativa III

QUESTÃO N. 03 – Sobre princípios jurídicos e regras de direito é CORRETO afirmar:

- a) Os princípios, diferentemente das regras, são aplicados à maneira de proposições disjuntivas, isto é, valem ou não valem, incidem ou não incidem.
- b) Para solução de “conflito aparente” ou “estado de tensão” entre princípios, geralmente são aceitos os critérios cronológicos, hierárquico e da especialidade.
- c) Tanto os princípios como as regras são espécies normativas.
- d) Na interpretação e aplicação dos princípios deve-se utilizar o tradicional silogismo judicial e a subsunção do suposto de fato concreto no suposto abstrato da norma.
- e) As regras de direito constituem preceitos de intensidade modulável, a serem aplicadas na medida do possível e com diferentes graus de efetivação.

QUESTÃO N. 04 - Em relação à competência da Justiça do Trabalho, segundo as mais recentes interpretações do Supremo Tribunal Federal e/ou Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I - A competência da Justiça do trabalho para execução das contribuições previdenciárias abrange contribuições atinentes ao vínculo de trabalho reconhecido na decisão, ainda que não haja condenação.

II - A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição, vedada a execução de ofício.

III - Afigura-se competente a Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Todas as alternativas estão incorretas
- c) Somente a alternativa I está correta
- d) Somente a alternativa II está correta
- e) Somente a alternativa III está correta

QUESTÃO N. 05 – Ainda sobre a competência da Justiça do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

I - Para se estabelecer a competência da Justiça do Trabalho para apreciar determinada matéria, é necessário verificar se há, na inicial, alegação de existência de relação de emprego, pois, à exceção das causas relacionadas à pequena empreitada, somente as matérias oriundas da relação de emprego são de competência da Justiça do Trabalho.

II – A Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

III – A Justiça do Trabalho é competente para julgar os mandados de segurança e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição, mas não é competente para julgar habeas corpus conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a Justiça do Trabalho não possui jurisdição penal.

- a) Somente a alternativa III está correta
- b) Todas as alternativas estão corretas
- c) Todas as alternativas estão incorretas
- d) Somente a alternativa II está incorreta
- e) Somente as alternativas I e III estão incorretas

QUESTÃO N. 06 – Considerando o disposto na Constituição da República, assinale a proposição CORRETA:

I - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

II - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

- a) Somente a alternativa III está correta
- b) Todas as alternativas estão corretas
- c) Todas as alternativas estão incorretas
- d) Somente a alternativa II está incorreta
- e) Somente as alternativas II e III estão incorretas

QUESTÃO N. 07 – Considerando o disposto na Constituição da República, assinale a proposição CORRETA:

I – A despeito da liberdade de associação, é vedada a associação de caráter paramilitar.

II – A criação de cooperativas depende de autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

III – As associações somente poderão ter suas atividades compulsoriamente suspensas por decisão judicial passada em julgado.

IV - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Apenas a afirmação IV está correta
- c) Apenas as afirmações I e IV estão corretas
- d) Apenas a afirmação II está incorreta
- e) Apenas a afirmação III está incorreta

QUESTÃO N. 08 – Considerando o disposto na Constituição da República sobre processo legislativo, assinale a proposição CORRETA:

I – São de iniciativa privativa do Presidente da República os projetos de lei que disponham sobre o Estatuto da Magistratura e a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.

II – As medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara dos Deputados, através de resolução, disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

III – Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento comunicando, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto.

IV – O Congresso Nacional poderá conferir delegação ao Presidente da República, através de resolução, de molde a permitir que o Chefe do Poder Executivo elabore e edite, em meio a prazo assinado, lei delegada sobre todas as matérias que considere urgentes e relevantes;

V – São de iniciativa privativa do Presidente da República leis que fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas.

- a) apenas as afirmativas I e III são corretas
- b) apenas as afirmativas I e II são corretas
- c) apenas as afirmativas II e III são corretas
- d) somente uma das afirmativas é correta
- e) apenas as afirmativas III e V são corretas

QUESTÃO N. 09 – Assinale a proposição CORRETA:

É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a:

I – nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito ambiental e direito eleitoral.

II – direito penal, processual penal e processual civil.

III – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

IV – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

V – que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro, inclusive a reservada a lei complementar.

- a) apenas as afirmativas I e III são corretas
- b) apenas as afirmativas I e II são corretas
- c) apenas as afirmativas II, III e IV são corretas
- d) apenas uma das afirmativas é correta
- e) apenas as afirmativas III e V são corretas

QUESTÃO N. 10 – Assinale a proposição CORRETA:

De acordo com o texto literal da Constituição da República, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive, na forma prevista em lei, as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- a) apenas as afirmativas I e III são corretas
- b) apenas as afirmativas I e II são incorretas
- c) apenas as afirmativas II, III e IV são corretas
- d) apenas uma das afirmativas é incorreta
- e) apenas as afirmativas III e V são corretas

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

QUESTÃO N. 11 - Sobre o Direito Internacional, analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I - A convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, assim como a de 1963, sobre Relações Consulares, dispõe sobre matéria de Relações Trabalhistas entre o Estado acreditante e as pessoas contratadas no território do Estado acreditado, excepcionando as Ações Trabalhistas das regras de imunidade.

II - A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro não está prevista em nenhum dos textos de Viena (Convenção sobre Relações Diplomáticas de 1.961 e Convenção sobre Relações Consulares de 1.963). Resulta de regra costumeira do Direito das Gentes.

III - Na interpretação do STF, a imunidade instituída em favor dos Estados estrangeiros, conforme regras do Direito Internacional Público, assume caráter absoluto, abrangendo a imunidade de jurisdição e a imunidade de execução, salvo se houver expressa renúncia à prerrogativa.

IV - Nos termos da Convenção de Viena, se um agente diplomático ou uma pessoa que goza de imunidade de jurisdição inicia uma ação judicial, não lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção diretamente ligada à ação principal.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Corretas somente as alternativas I e II
- c) Corretas somente as alternativas II e III
- d) Corretas somente a alternativa III e IV
- e) Corretas somente as alternativas II e IV

QUESTÃO N. 12 - Sobre os procedimentos de solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL, marque a opção CORRETA:

I - O prazo para intervenção e pronunciamento do Grupo Mercado Comum, sobre a controvérsia que lhe for submetida pelos Estados partes, não poderá estender-se por um prazo superior a trinta (30) dias, a partir da data da reunião em que a controvérsia lhe foi submetida à consideração.

II - Se mediante as negociações diretas não se alcançar um acordo ou se a controvérsia for solucionada apenas parcialmente, qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá iniciar procedimento arbitral, depois de submeter a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum.

III - O procedimento arbitral tramitará ante um Tribunal Ad Hoc composto de três (3) árbitros, excluídos da composição os árbitros nacionais dos Estados partes na controvérsia.

IV - Uma vez iniciado um procedimento de solução de controvérsias, nenhuma das partes poderá recorrer a mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos nos outros foros com relação a um mesmo objeto.

- a) Corretas todas as opções.
- b) Incorretas todas as opções
- c) Corretas apenas as opções I e II
- d) Corretas apenas as opções II e III.
- e) Corretas apenas as opções I e IV

QUESTÃO N. 13 - Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – A convenção n. 87, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical foi ratificada pelo Brasil em 1990 e entrou em vigor no país em 1991.

II – O Brasil ratificou, em 1952, a Convenção nº 98, da OIT, que trata da aplicação dos princípios do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

III – Segundo a Convenção n. 98, da OIT, os trabalhadores gozarão de adequada proteção contra atos de discriminação com relação a seu emprego, especialmente atos que visem a:

- a) sujeitar o emprego de um trabalhador à condição de que não se filie a um sindicato ou deixe de ser membro de um sindicato;
- b) causar a demissão de um trabalhador ou prejudicá-lo de outra maneira por sua filiação a um sindicato ou por sua participação em atividades sindicais fora das horas de trabalho ou, com o consentimento do empregador, durante o horário de trabalho.

- a) Apenas o Item I está incorreto
- b) Apenas os itens I e II estão incorretos
- c) Todos os itens estão incorretos
- d) Apenas o item III está correto
- e) Apenas o item II está correto

QUESTÃO N. 14 - Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – segundo a Convenção nº 132, da Organização Internacional do Trabalho, em pleno vigor no Brasil, um período mínimo de serviço poderá ser exigido para a obtenção de direito a um período de férias remuneradas anuais, cabendo à autoridade competente de cada país fixar a duração mínima de tal período de serviço.

II – O Brasil ratificou a convenção nº 158 do Brasil, segundo a qual não se daria término à relação de trabalho de um trabalhador a menos que existisse para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço. Tal convenção, todavia, foi denunciada pelo Brasil, conforme tornou público o Decreto n. 2.100, de 20 de dezembro de 1996.

III – a convenção internacional ratificada pelo estado-membro constitui fonte formal de direito.

- a) Todas as assertivas estão corretas
- b) Todas as assertivas estão incorretas
- c) Somente a assertiva III está correta
- d) Somente a assertiva II está correta
- e) Somente as assertivas I e III estão corretas

QUESTÃO N. 15 - Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – é de competência exclusiva do Congresso Nacional celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos à aprovação do Presidente da República.

II – No Brasil, a entrada em vigor das Convenções internacionais se inicia com a sua aprovação por decreto legislativo.

III – Para efeito da Convenção 182, da OIT, que trata das piores formas de trabalho infantil, o termo “criança” designa toda pessoa menor 18 anos.

- a) Todas estão incorretas
- b) Somente a I está incorreta
- c) Somente a II está incorreta
- d) Somente a III está incorreta
- e) Somente a I e a II estão incorretas

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO N. 16 - Sobre o benefício Seguro-Desemprego, analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA:

I - É benefício assegurado a todos os segurados da Previdência Social, inclusive ao empregado doméstico inscrito no FGTS.

II - É devido ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, ainda que já receba qualquer benefício previdenciário.

III - O benefício é cancelado pela morte do segurado, não se transmitindo o direito aos dependentes ou herdeiros, exceto quanto às parcelas vencidas.

IV - O recebimento do benefício não é acumulável com auxílio-acidente.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Corretas apenas as alternativas I e IV
- c) Correta apenas a alternativa IV
- d) Correta apenas a alternativa III
- e) Todas as alternativas estão incorretas

QUESTÃO N. 17 - Determinado produtor rural, pessoa física, utilizou-se de mão-de-obra de terceiro (trabalhador/mecânico) para conserto de máquinas. No acordo celebrado, perante Justiça do Trabalho, foi paga remuneração no valor de R\$1.200,00 pelos serviços realizados, de natureza civil, sem vínculo empregatício. Neste caso é CORRETO afirmar:

I - Sobre o valor do acordo incide contribuição previdenciária, cota do tomador dos serviços, no importe de vinte por cento sobre o valor total da remuneração paga.

II - Sobre o valor do acordo incide contribuição previdenciária, cota do trabalhador, a ser retida e arrecadada pelo tomador dos serviços.

III - O produtor rural pessoa física só contribui sobre a folha de pagamento de seus empregados e não sobre valores pagos a autônomo (contribuinte individual).

IV - O trabalhador está dispensado da contribuição previdenciária sobre o valor do acordo se comprovar que já sofreu desconto sobre o valor máximo do salário-contribuição naquele mês.

- a) Todas as alternativas estão incorretas
- b) Corretas apenas as alternativas I e II
- c) Correta apenas a alternativa II
- d) Correta apenas a alternativa III
- e) Correta apenas a alternativa IV

QUESTÃO N. 18 - Quanto ao benefício salário-maternidade, analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I - O salário-maternidade é devido à segurada empregada somente enquanto existir relação de emprego.

II – Conforme legislação previdenciária, durante o denominado período de graça, a segurada desempregada fará jus ao recebimento do salário-maternidade nos casos de demissão antes da gravidez, ou, durante a gestação, nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido.

III – Conforme Instrução Normativa previdenciária, tratando-se de dispensa arbitrária ou sem justa causa ocorrida no período entre a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, o benefício não poderá ser concedido, considerando tratar-se de obrigação da empresa/empregador.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Corretas apenas as opções I e II
- c) Corretas apenas as opções II e III
- d) Corretas apenas as opções I e III
- e) Todas as opções estão incorretas

QUESTÃO N. 19 – Marque a opção CORRETA:

I - o recolhimento da contribuição previdenciária deve ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado.

II – No caso de acordo homologado, o recolhimento da contribuição previdenciária será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma delas.

III – Celebrado acordo após a publicação da sentença de mérito, a contribuição social será calculada com base no valor do acordo.

IV - Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Estão corretas apenas as opções I, II e III
- d) Estão corretas apenas as opções I, II e IV
- e) Estão corretas apenas as opções III e IV

QUESTÃO N. 20 – Marque a resposta CORRETA:

Mantém a qualidade de segurado da Previdência Social, independentemente de contribuições:

I - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

II- até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.

III - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

IV- até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas apenas as opções I e II
- d) Corretas apenas as opções II e III
- e) Corretas apenas as opções III e IV

QUESTÃO N. 21 – Marque a opção CORRETA:

Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso de segurado:

- a) Empregado urbano
- b) Empregado rural
- c) Empregado doméstico
- d) Trabalhador avulso
- e) Empregado temporário (contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica).

QUESTÃO N. 22 – Marque a opção CORRETA:

São princípios constitucionais da seguridade social, entre outros:

I – o princípio da solidariedade, pilar de sustentação do regime previdenciário.

II – o princípio da universalidade do atendimento.

III – O princípio da equidade na forma de participação no custeio.

IV – O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios.

- a) Todas as afirmações são verdadeiras
- b) Apenas a afirmação I é verdadeira
- c) Apenas as afirmações I, II e IV são verdadeiras
- d) Apenas a afirmação I é falsa
- e) Apenas a afirmação IV é falsa

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

QUESTÃO N. 23 – Assinale a alternativa CORRETA:

I - A sociedade em conta de participação é não personificada, mas a eventual inscrição de seu instrumento no registro próprio lhe confere personalidade jurídica.

II - A desconsideração da personalidade jurídica não implica em despersonalização ou despersonalização da sociedade.

III - A doutrina denomina "desconsideração inversa da personalidade jurídica" a possibilidade que tem o credor particular do sócio de, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

IV - Na sociedade em comum, o sócio que contratou pela sociedade não goza do benefício de ordem, ou seja, execução sobre seus bens particulares somente depois de executados os bens sociais.

V - Nas sociedades cooperativas a responsabilidade dos sócios é sempre limitada ao valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais.

- a) Apenas as afirmações II e IV estão corretas
- b) Apenas as afirmações IV e V estão corretas
- c) Todas as afirmações estão corretas
- d) Apenas a afirmação II está incorreta
- e) Apenas a afirmação I está correta

QUESTÃO N. 24 - Sobre o redirecionamento da execução para os sócios da pessoa jurídica, analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – Na hermenêutica gramatical do Código Civil, desconsiderada a personalidade jurídica da empresa, os sócios alcançados são responsáveis subsidiários, de forma proporcional à quota de participação de cada um na sociedade.

II – Conforme regra expressa do Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica afeta os bens particulares somente dos sócios gerentes ou administradores.

III – O Código Civil autoriza a desconsideração da personalidade jurídica da empresa em caso de encerramento ou inatividade provocados por má administração.

IV – Pela regra expressa do Código Civil a desconsideração da personalidade jurídica só se aplica às sociedades e não às associações sem fins lucrativos.

- a) Todas as alternativas estão incorretas
- b) Todas as alternativas estão corretas
- c) Apenas as alternativas I e IV estão corretas
- d) Apenas a alternativa II está correta
- e) Apenas a alternativa III está correta

QUESTÃO N. 25 - Sobre o direito das obrigações, Marque a opção CORRETA:

a) Na transmissão das obrigações por assunção de dívida, qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como aceitação.

- b) Na transmissão das obrigações por cessão de crédito, somente com conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- c) No pagamento em consignação, julgado procedente o depósito, o devedor já não poderá levantá-lo, embora o credor consinta, senão de acordo com os outros devedores e fiadores.
- d) Na transmissão das obrigações por cessão de crédito, salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- e) Na solidariedade ativa, se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

QUESTÃO N. 26 - Sobre as fundações, marque a opção CORRETA:

I - somente por lei específica poderá ser criada fundação pública.

II - somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de fundação pelo Poder Público.

III - No sistema jurídico vigente, o Poder Público não pode criar ou instituir fundação dotada de personalidade jurídica de direito privado.

- a) Estão incorretas todas as opções
- b) Está correta apenas a opção I
- c) Está correta apenas a opção II
- d) Está correta apenas a opção III
- e) Estão corretas as opções II e III

QUESTÃO N. 27 - Sobre responsabilidade civil, escolha a opção ADEQUADA:

Um empregado sofre acidente do trabalho e ajuíza ação, requerendo indenização pelos danos que sofreu. A empresa propõe-se a pagar o tratamento e o médico consultado pelo empregado afirma ser necessária uma intervenção cirúrgica. De acordo com o que disciplina o código civil, é certo afirmar que:

I - o reclamante pode recusar-se a realizar a cirurgia, já que ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

II - o reclamante é obrigado a realizar a intervenção cirúrgica, em respeito ao princípio da boa-fé objetiva.

III - o reclamante não pode se recusar a realizar a cirurgia, pois a recusa poderá perenizar a incapacidade laboral, majorando a indenização a ser suportada pela empregadora, já que a indenização mede-se pela extensão do dano.

IV - o reclamante não pode se recusar a realizar a cirurgia, sob pena de não ter direito a nenhuma indenização.

- a) Somente o item I está correto
- b) Somente o item II está correto
- c) Somente o item III está correto
- d) Os itens I e IV estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos

QUESTÃO N. 28 – Sobre novação, escolha a opção CORRETA:

I – São requisitos da novação: existência de obrigação anterior, que se extingue com a constituição da nova, que a substitui; criação dessa nova obrigação, em substituição à anterior, que se extingue; e intenção de novar.

II – As obrigações anuláveis não podem ser objeto de novação.

III – A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário.

IV – De acordo com a doutrina de Washington de Barros Monteiro Monteiro, ocorre a expromissão quando a substituição do devedor se efetua sem o seu consentimento.

V – Uma obrigação de dar substituída por outra de fazer importa em novação

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Apenas os itens I e III estão corretos
- c) Apenas os itens IV e V estão incorretos
- d) Apenas os itens III e V estão incorretos
- e) Apenas o item II está incorreto

QUESTÃO N. 29 – Escolha a opção CORRETA:

I – A confusão é causa de extinção tanto da obrigação principal como das acessórias.

II – No sentido jurídico, há compensação quando o empregador deduz do crédito do empregado as horas extraordinárias já pagas.

III – Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor comprove o prejuízo.

IV – As arras devem ser equitativamente reduzidas pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

V – O devedor somente se desobriga prestando a própria coisa devida. Nem mesmo o consentimento do credor torna possível o pagamento de prestação diversa da obrigação.

- a) Todas as afirmações são falsas
- b) Somente o item I é falso
- c) Somente os itens II, III, IV e V são falsos
- d) Somente os itens I e II são falsos
- e) Somente os itens I, II, IV e V são falsos

QUESTÃO N. 30 – No que diz respeito à interpretação e aplicação da lei no tempo e no espaço, escolha a opção CORRETA:

I – Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito e a jurisprudência sumulada.

II – Toda lei permanece em vigor até que outra a modifique ou revogue.

III – No conflito de leis no espaço, deverá ser aplicada sempre a lei nova, nos termos do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, segundo o qual a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

IV – A lei nacional deve ser aplicada ordinariamente a todas as relações travadas em seu âmbito espacial de vigência, mas caso interfiram estrangeiros sobre relações jurídicas constituídas no território nacional ou de nacionais terem bens ou negócios jurídicos em território estrangeiro, pode ser admitida a aplicação, no território nacional, de leis de outro Estado.

V – Atos, sentenças e leis de países alienígenas não serão aceitos no Brasil quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes (V, art. 17 LICC).

- a) V, V, V, V, V
- b) F, F, F, F, F
- c) F, V, F, V, V
- d) F, V, F, V, F
- e) F, F, F, V, V

QUESTÃO N. 31– Sobre negócios jurídicos, escolha a opção CORRETA:

I – Vício resultante de lesão pode ser causa de anulabilidade do negócio jurídico.

II – A simulação é causa de nulidade do negócio jurídico.

III – Ocorre a simulação nos negócios jurídicos quando: aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem; contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

IV – O sexo e a idade do paciente são fatores, dentre outros, que devem ser considerados quando se aprecia a coação.

V – Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

- a) apenas a afirmação III é verdadeira
- b) apenas a afirmação IV é falsa
- c) apenas as afirmações III e V são verdadeiras
- d) apenas as afirmações I e IV são falsas
- e) nenhuma afirmação é falsa.

QUESTÃO N. 32 – Sobre responsabilidade civil, escolha a opção CORRETA:

I – Depende de prova de culpa a responsabilidade civil do empregador na hipótese tratada no artigo 932, do Código Civil: “Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.”

II – O Código Civil brasileiro adota ordinariamente a responsabilidade civil subjetiva na reparação de danos e admite a responsabilidade civil objetiva (sem culpa), mas limita sua aplicação às hipóteses em que a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

III – Havendo culpa concorrente, a fixação da indenização levará em conta o grau de culpa do autor do dano e da vítima.

IV – Se ficar constatado em exame pericial que a atividade exercida pelo empregado em outra empresa contribuiu para a aquisição da enfermidade ocupacional, o simples agravamento da doença ocorrido com culpa da empregadora não gera direito a reparação.

- a) todas as assertivas estão corretas
- b) somente as assertivas I, II e III estão corretas
- c) somente as assertivas II e IV estão incorretas
- d) todas as assertivas estão incorretas
- e) somente as assertivas I, II e IV estão incorretas

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO N. 33 - Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - Em caso de penhora de bens imóveis, cabe ao exequente providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.

II - De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

III - Conforme regra expressa do Código de Processo Civil, considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.

IV - Conforme regra expressa do Código de Processo Civil, o autor poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento de qualquer demanda, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Corretas apenas as alternativas I, II e III
- c) Corretas apenas as alternativas I, III e IV
- d) Corretas apenas as alternativas II e IV
- e) Corretas apenas as alternativas II, III e IV

QUESTÃO N. 34 - Assinale a alternativa que apresenta a CORRETA ordem de preferência de bens penhoráveis, conforme regra do Processo Civil:

- a) Pedras e metais preciosos, navios e aeronaves, bens imóveis.
- b) Ações e quotas de sociedades empresárias, bens móveis em geral, bens imóveis.
- c) Veículos de via terrestre, pedras e metais preciosos, percentual do faturamento de empresa devedora.
- d) Veículos, ações e quotas de sociedades empresariais, pedras e metais preciosos.
- e) Dinheiro, pedras preciosas, imóveis.

QUESTÃO N. 35 - A respeito do litisconsórcio, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - A ausência de contestação do litisconsorte acarretará sua revelia, sem deflagrar, porém, os efeitos dela advindos, quando um dos réus contestar a ação.

II - A confissão judicial faz prova contra o confitente e prejudica os litisconsortes.

III - É perfeitamente admissível a desistência da ação por um dos litisconsortes.

IV - A reconvenção pode ser formulada pelo litisconsorte para postular direito exclusivamente seu.

V - Formada a relação processual, a intimação de um dos litisconsortes supre a ausência de intimação dos outros, mas cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo.

- a) Apenas a I é falsa
- b) Apenas a II e a III são falsas
- c) Apenas a IV é falsa
- d) Apenas a II e a V são falsas
- e) Apenas a I e a IV são falsas

QUESTÃO N. 36 – A respeito das condições da ação, leia o texto abaixo, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

As condições da ação, segundo o entendimento doutrinário predominante, devem ser aferidas de acordo com a relação jurídica material hipotética relatada na petição inicial, sem qualquer aprofundamento de mérito. Assim, a presença ou ausência das condições da ação não importa no reconhecimento da existência ou da não-existência do direito material afirmado. De acordo com essa vertente (teoria da asserção) e considerando as condições da ação, escolha a alternativa correta:

I – Ação ajuizada em face de pessoa jurídica de direito privado, alegando a existência de créditos trabalhistas típicos devidos por pessoa jurídica de direito privado. A empresa, devidamente representada em juízo, argui, em preliminar, carência de ação por ilegitimidade de parte, ao argumento de que o autor lhe prestou serviços, mas nunca foi seu empregado. Ao apreciar a preliminar, o juiz deve acolher a preliminar arguida, utilizando como fundamento a teria da asserção.

II – Ação ajuizada em face da pessoa jurídica e de sócio proprietário sob alegação de vínculo de emprego com a pessoa jurídica. Deve ser acolhida a preliminar de carência de ação por ilegitimidade de parte em relação ao sócio proprietário, ante a ausência de pertinência subjetiva da ação em relação a ele.

III - A ausência de apenas uma das condições da ação (legitimidade das partes, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido), isoladamente considerada, não resulta na extinção do feito sem resolução do mérito, sem que antes se oportunize a regularização da petição inicial.

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Todas as afirmações estão incorretas
- c) Apenas a afirmação contida no item I está correta
- d) Apenas a afirmação contida no item II está correta
- e) Apenas a afirmação contida no item III está correta

QUESTÃO N. 37 - Quanto ao cumprimento da sentença, e de acordo com as regras do CPC, marque a opção CORRETA:

I – O devedor será intimado para pagar a dívida em 15 (quinze) dias ou, em igual prazo, oferecer bens para garantia da dívida, sob pena de penhora.

II – O executado poderá, no prazo do pagamento, indicar bens a serem penhorados.

III - A impugnação terá efeito suspensivo.

- a) Está correta apenas a opção I
- b) Está correta apenas a opção II
- c) Está correta apenas a opção III
- d) Estão corretas apenas as opções I e II
- e) Estão corretas apenas as opções II e III

QUESTÃO N. 38 – Marque a opção CORRETA:

I – A existência de convenção de arbitragem é questão preliminar, que deve ser arguida antes de discutir o mérito, podendo ser conhecida de ofício pelo juiz da causa.

II – Distribui-se por dependência a causa de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo, sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.

III - Na contestação ofertada pelo réu, a regra quanto ao ônus da impugnação especificada não induz a confissão ficta se os fatos estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

- a) Está correta apenas a opção I
- b) Está correta apenas a opção II
- c) Está correta apenas a opção III
- d) Estão corretas apenas as opções I e II
- e) Estão corretas apenas as opções II e III

QUESTÃO N. 39 – Analise as proposições abaixo e a marque a opção CORRETA:

I – A partir da emenda constitucional n. 45 foi incluído entre os pressupostos de admissibilidade dos recursos extraordinários, a exigência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.

II – Nos termos da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão de constitucionalidade das normas que dispõem sobre a prisão civil de depositário infiel.

III – Desde a edição da Emenda Constitucional n. 45, o Supremo Tribunal Federal pode editar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, sendo necessária decisão de dois terços dos seus membros.

IV – é de 15 dias o prazo para interpor e responder o recurso extraordinário.

V – O recurso extraordinário em regra obsta a execução da sentença.

- a) V, V, V, V, V
- b) F, V, F, V, F
- c) F, V, F, V, V
- d) V, V, V, V, F
- e) V, V, V, F, V

QUESTÃO N. 40 – Sobre ação rescisória, analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:

I – Na hipótese de a sentença rescindenda ter sido extinta sem resolução de mérito após a instrução processual, o Tribunal, ao acolher o pedido formulado na ação rescisória, de pronto julgará o mérito do pedido principal.

II – Conforme literal disposição de lei, não cabe ação rescisória quando a sentença atacada tiver se baseado em confissão real.

III – Somente tem legitimidade para propor a ação rescisória: quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular; o terceiro juridicamente interessado; e o Ministério Público, se não foi ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção ou quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

IV – o prazo de resposta aos termos da ação rescisória deve ser fixado pelo juiz, respeitado o limite mínimo de quinze dias e o limite máximo de trinta dias, sendo o prazo para razões finais de dez dias.

- a) Somente a III e a IV estão corretas
- b) Somente a I e a II estão corretas
- c) Todas estão corretas
- d) Somente a I, a III e a IV estão corretas
- e) Todas estão incorretas

QUESTÃO N. 41 – Sobre o procedimento cautelar, analise as proposições abaixo e a marque a opção CORRETA:

I – O indeferimento de medida cautelar não obsta, em qualquer hipótese, a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta.

II – o requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida se a sentença no processo principal lhe for desfavorável.

III – Se a medida não for executada dentro de trinta dias cessa a sua eficácia, sendo defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.

IV – Os autos do procedimento cautelar serão apensados aos do processo principal.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas os itens I, II e IV estão corretos
- c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos
- e) Apenas os itens II e III estão corretos

QUESTÃO N. 42 – Marque a opção CORRETA:

I – É cabível o arresto, além de outras hipóteses, quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

II – Não é possível decretar o sequestro de bens imóveis.

III – Cessa o arresto: pelo pagamento, pela novação e pela transação.

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas a afirmação I está correta
- c) Apenas a afirmação II está incorreta
- d) Apenas a afirmação III está incorreta
- e) Apenas a afirmação III está correta

QUESTÃO N. 43 – Marque a opção CORRETA:

I – A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

II – A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica.

III - Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de 1 (uma) hora independentemente de ajuste.

IV - O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto. Durante os 30 (trinta) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

- a) Apenas o Item I é falso
- b) Apenas o item IV é falso
- c) Todos são verdadeiros
- d) Apenas os itens III e IV são falsos
- e) Apenas os itens I e III são verdadeiros

QUESTÃO N. 44 – Marque a opção CORRETA:

I – São causas de modificação da competência a conexão e a continência.

II – Dá-se a conexão entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

III – Haverá continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.

IV – A competência em razão da matéria e do valor é inderrogável por convenção das partes.

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Somente as afirmações I e IV estão corretas
- c) Somente a afirmação I está correta
- d) Somente a afirmação IV está correta
- e) Somente as afirmações II e III estão corretas

QUESTÃO N. 45 – Marque a opção CORRETA:

Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:

I – amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes ou advogados.

II – alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.

III – herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.

IV – receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.

V – interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

- a) V, V, V, V, V
- b) V, F, V, V, V
- c) V, V, V, F, F
- d) F, V, V, V, V
- e) F, V, V, F, F

QUESTÃO N. 46 – Sobre a alienação por iniciativa particular, analise as proposições abaixo e escolha a opção CORRETA:

I – O exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa em petição fundamentada na qual deverá demonstrar que a expropriação judicial será menos célere e efetiva que a alienação por iniciativa particular.

II – Na alienação por iniciativa particular, quando realizada depois da tentativa de venda judicial do bem, não há lugar para a fixação de preço mínimo.

III – Conforme disciplinado literalmente pelo Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.382, de 2006, a alienação será formalizada por termo nos autos, assinado pelo exequente, pelo adquirente e, se for presente, pelo executado, expedindo-se carta de alienação do imóvel para o devido registro imobiliário, ou, se bem móvel, mandado de entrega ao adquirente.

- a) Somente a alternativa I está correta
- b) Somente a alternativa II está correta
- c) Somente a alternativa III está correta
- d) Todas as alternativas estão corretas
- e) Nenhuma das alternativas está correta

QUESTÃO N. 47 – Dadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA:

I – No ato da interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação aplicável, o preparo, inclusive porte de remessa e retorno, ensejando a insuficiência no valor recolhido, na não admissibilidade, de pronto, do recurso, por deserção.

II – Se o juiz verifica que, ao proferir a sentença, omitiu-se quanto à apreciação de um dos pedidos cumulados contido na petição inicial, poderá, de ofício, sanar essa irregularidade, complementando a tutela jurisdicional.

III – O recurso devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Contudo, não há violação ao duplo grau de jurisdição quando o tribunal, em recurso atinente a sentença terminativa, julga o mérito da demanda cuja controvérsia é exclusivamente de direito, bem como quando o tribunal considera em sua decisão questões de fato que não puderam ser propostas no juízo inferior, por motivo de força maior.

IV – A parte tem o prazo de cinco dias para manifestar-se sobre documento juntado aos autos; o prazo será, porém, de dez dias se a parte pretender arguir a falsidade do mesmo documento.

- a) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- b) apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) apenas as proposições III e IV estão corretas;
- d) apenas a proposição III está correta;
- e) apenas a proposição IV está correta.

DIREITO PENAL

QUESTÃO N. 48 - Sobre os crimes contra a Administração da Justiça, marque a opção CORRETA:

- a) Comete crime de violência ou fraude em arrematação judicial aquele que procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de oferecimento de vantagem.
- b) O crime de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança não admite a modalidade culposa.
- c) Incorre no crime de patrocínio infiel o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.
- d) O crime de exercício arbitrário das próprias razões, somente se procede mediante queixa, ainda que haja emprego de violência.
- e) O crime de falso testemunho deixa de ser punível se, antes do trânsito em julgado da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

QUESTÃO N. 49 – Marque a opção CORRETA:

- a) O crime de fraude de lei sobre estrangeiro só pode ser cometido por estrangeiro
- b) O crime de Certidão ou atestado ideologicamente falso pode ser cometido por pessoa em razão de função pública ou por particular.
- c) Comete o crime tipificado como falsidade ideológica quem falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.
- d) No caso do crime de falso reconhecimento de firma ou letra, a pena é a mesma tanto para documento público quanto para particular.
- e) Quanto ao crime de falsificação de documento público, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

QUESTÃO N. 50 – Marque a opção CORRETA:

Determinado policial militar ofendeu a integridade física de pessoa sob sua custódia, mediante agressões consubstanciadas em tapas no rosto e socos. Neste caso é correto afirmar.

- I - Trata-se de crime de lesão corporal, que absorve o crime de abuso de autoridade, já que idênticos os crimes, conforme jurisprudência do STJ e STF.
- II - Trata-se de crime de violência arbitrária, que absorve o crime de abuso de autoridade, já que idênticos os crimes, conforme jurisprudência do STJ e STF.
- III - O crime de violência arbitrária foi revogado pela Lei de Abuso de Autoridade, conforme precedentes da Suprema Corte.

- a) Está correta apenas a opção I
- b) Está correta apenas a opção II
- c) Está correta apenas a opção III
- d) Estão corretas apenas as opções I e III
- e) Todas as opções estão incorretas

ERRATA

A questão número 19 apresenta falha de impressão em algumas provas.
Por isso, está transcrita a seguir:

QUESTÃO N. 19 – Marque a opção CORRETA:

I - O recolhimento da contribuição previdenciária deve ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado.

II – No caso de acordo homologado, o recolhimento da contribuição previdenciária será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma delas.

III – Celebrado acordo após a publicação da sentença de mérito, a contribuição social será calculada com base no valor do acordo.

IV - Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Estão corretas apenas as opções I, II e III
- d) Estão corretas apenas as opções I, II e IV
- e) Estão corretas apenas as opções III e IV

ATENÇÃO: A questão número 37 contém **ERRO DE IMPRESSÃO**, sendo correta a versão a seguir transcrita:

QUESTÃO N. 37 - Quanto ao cumprimento da sentença, e de acordo com as regras do CPC, marque a opção CORRETA:

I – O devedor será intimado para pagar a dívida em 15 (quinze) dias ou, em igual prazo, oferecer bens para garantia da dívida, sob pena de penhora.

II – O executado poderá, no prazo do pagamento, indicar bens a serem penhorados.

III - A impugnação não terá efeito suspensivo.

- a) Está correta apenas a opção I
- b) Está correta apenas a opção II
- c) Está correta apenas a opção III
- d) Estão corretas apenas as opções I e II
- e) Estão corretas apenas as opções II e III

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO N. 51 - Sobre o Representante Comercial é CORRETO afirmar:

I - Prescreve em cinco anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos que lhe são garantidos por esta lei.

II - É vedada no contrato de representação comercial a inclusão de cláusulas *del credere*.

III - No caso de falência do representado as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão considerados créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Correta somente a opção I
- d) Correta somente a opção II
- e) Correta somente a opção III

QUESTÃO N. 52 – Marque a opção CORRETA:

Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença por doença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.

II - deixar de trabalhar, com percepção do salário, por 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

III - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

- a) Todas as alternativas estão incorretas
- b) Todas as alternativas estão corretas
- c) Correta apenas a alternativa I
- d) Correta apenas a alternativa II
- e) Correta apenas a alternativa III

QUESTÃO N. 53 – Sobre salário e remuneração, marque a opção CORRETA:

Não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

I – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

II – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.

III – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

IV – refeição ou gênero alimentício fornecido no estabelecimento de trabalho.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Corretas apenas as alternativas I, II e III
- c) Corretas apenas as alternativas II, III e IV
- d) Corretas apenas as alternativas II e III
- e) Correta apenas as alternativas III e IV

QUESTÃO N. 54– Sobre o aviso prévio, marque a opção CORRETA:

Conforme disposições da CLT, tratando-se de extinção do contrato por iniciativa do empregado é correto afirmar:

I - falta de aviso prévio dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo, se houver prejuízo.

II - O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, facultada a opção por faltar 7 (sete) dias corridos.

III - O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado pelo empregado, praticar falta grave, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao restante do prazo do aviso, sem prejuízo das indenizações devidas por rescisão indireta.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Corretas apenas as alternativas I e II
- c) Corretas apenas as alternativas II e III
- d) Corretas apenas as alternativas I e III
- e) Todas as alternativas estão incorretas

QUESTÃO N. 55 – Sobre o jogador de futebol profissional, analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – Conforme precedentes da SDI-1 (uniformizadora das decisões da Justiça Trabalhista) e decisões mais recentes do TST, a Lei nº 9.615/98, ao estabelecer a cláusula penal para os casos de descumprimento, rompimento ou rescisão contratual, dirige-se somente ao atleta profissional.

II - Sempre que a rescisão se operar pela mora salarial contumaz, a multa rescisória a favor do atleta será conhecida pela aplicação do disposto no art. 479 da CLT.

III - A transferência temporária do atleta profissional de uma entidade de prática desportiva para outra do mesmo gênero (contrato de empréstimo) implica em novo contrato celebrado com o cessionário. Contudo, conforme literalidade da Lei pertinente, a entidade cedente fica co-obrigada pelas dívidas trabalhistas, em caso de inadimplemento por parte da entidade de prática desportiva cessionária.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas apenas as opções I e II
- d) Corretas apenas as opções I e III
- e) Corretas apenas as opções II e III

QUESTÃO N. 56 – Sobre Sucessão Trabalhista, analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – A requisição administrativa, para uso do bem particular pela autoridade em caso de iminente perigo público, sem expropriação, caracteriza hipótese de sucessão trabalhista.

II – No caso de requisição administrativa, existe expressa previsão legal de responsabilidade solidária da autoridade pública interventora, em relação aos contratos de trabalho dos empregados afetados.

III – De acordo com a jurisprudência dominante no TST, não há possibilidade de sucessão trabalhista em relação à administração pública, em face da exigência constitucional de concurso público.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas apenas as opções I e II
- d) Corretas apenas as opções II e III
- e) Corretas apenas as opções I e IV

QUESTÃO N. 57 - Sobre a novidade legislativa que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I - o empregado deve ser contratado necessariamente por produtor rural pessoa física e para o exercício de atividades de natureza rural, temporária ou permanente.

II – A inovação legislativa permite o trabalho sem registro do contrato na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do trabalhador ou em Livro ou Ficha de Registro de Empregados.

III – Neste tipo de contrato, todas as parcelas devidas ao trabalhador serão calculadas dia a dia e pagas diretamente a ele mediante recibo.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas apenas as opções I e II
- d) Corretas apenas as opções II e III
- e) Corretas apenas as opções I e IV

QUESTÃO N. 58 - Tendo em vista as Súmulas do c. TST, marque a alternativa INCORRETA:

a) Os requisitos das horas in itinere são dois: em primeiro lugar, que o trabalhador seja transportado por condução fornecida pelo empregador; o segundo requisito é alternativo, de modo que se exige que o local de trabalho seja de difícil acesso, ou se exige que o local de trabalho não esteja servido por transporte público regular.

b) A mera insuficiência do transporte público não enseja o pagamento das horas in itinere.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte podem fixar o tempo médio das horas in itinere por meio de acordo ou convenção coletiva.

d) Se parte do percurso for servida por transporte público regular e outra parte não o for, as horas in itinere restringir-se-ão ao trecho não alcançado pelo transporte público, mesmo que o empregado utilize a condução fornecida pelo empregador por todo o percurso.

e) O fato de o empregador cobrar pelo fornecimento do transporte para o local de difícil acesso afasta o direito ao pagamento das horas in itinere.

QUESTÃO N. 59 - Considerando as normas celetistas de segurança e medicina do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Cabe aos empregados observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções passadas pela empresa quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.

b) A recusa ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo empregador constitui mau procedimento que caracteriza justa causa para a dispensa do empregado, uma vez que tal situação expõe o obreiro a graves riscos e, também, pode ser a causa de outros acidentes, envolvendo seus colegas de serviço, e de danos materiais à empresa.

c) Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada à observância das instruções expedidas pelo empregador quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.

d) Ao empregador cabe o respeito à lei no que se refere ao resguardo da saúde do trabalhador, cabendo-lhe ainda o dever de exigir de seus subordinados a observância dessa mesma legislação, na parte que lhes couber.

e) Os titulares da representação dos empregados nas CIPA(s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

QUESTÃO N. 60 - Marque a afirmativa INCORRETA:

a) A eliminação ou a neutralização da insalubridade somente ocorrerá com a utilização de equipamentos de proteção individual pelo trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

b) Quando o empregado vai reclamar em Juízo, não tem, ainda, a certeza de que seu trabalho é ao mesmo tempo insalubre e perigoso, razão pela qual poderá postular ambos os adicionais, optando, a final, por aquele que lhe for mais favorável.

c) O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física.

d) A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho, mesmo sendo revel o reclamado.

e) É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas.

QUESTÃO N. 61 – Marque a opção CORRETA:

a) A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de seis horas contínuas de trabalho por dia ou trinta e seis horas semanais.

b) A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de seis horas diárias, destinadas cinco horas consecutivas para o trabalho em cabina, durante o funcionamento cinematográfico, e um período suplementar de no máximo uma hora, para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção, ou revisão de filmes;

c) A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de oito horas diárias ou de quarenta e quatro semanais.

d) Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, aulas durante mais de seis horas consecutivas, nem por mais de oito horas, intercaladas;

e) A duração normal do trabalho daqueles que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, não deverá exceder de seis horas, tanto de dia com à noite.

QUESTÃO N. 62 – Sobre o trabalho do menor, marque a opção CORRETA:

- a) O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho em teatros de revista, cinemas, boates e cassinos, desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral, e desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.
- b) Ao menor é vedado o trabalho em locais prejudiciais à sua moralidade, mas é permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres, mediante prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar a efetiva utilização de equipamentos de proteção individual capazes de diminuir a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
- c) Ao menor de 18 anos é permitido o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 e as 5 horas, desde que mediante ajuste em que o obreiro esteja assistido por seu responsável legal.
- d) Ao responsável legal do menor é facultado, após prévia oitiva da autoridade competente, que tanto pode ser o Juiz da Infância e da Juventude ou o representante do Ministério do Trabalho, pleitear a mudança de função ou a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para o obreiro prejuízos de ordem física ou moral.
- e) É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários e da rescisão do contrato, mesmo sem assistência dos seus responsáveis legais.

QUESTÃO N. 63 – Assinale a alternativa CORRETA:

- I – A hora de trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos, inclusive para o empregado rural.
- II - A prescrição bienal prevista no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal alcança as ações que tenham por objeto anotação da CTPS.
- III - A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do prazo do período concessivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.
- IV - Perde o direito a férias o empregado que permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por 30 dias.
- V - A empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança terá direito à licença-maternidade de 120 dias, independentemente da idade da criança.

- a) Estão incorretas todas as alternativas
- b) Estão incorretas somente as alternativas I, II e IV
- c) Estão incorretas somente as alternativas III, IV e V
- d) Estão incorretas somente as alternativas I, II, IV e V
- e) Está incorreta somente a alternativa II

QUESTÃO N. 64 – Sobre salário e remuneração, marque a opção CORRETA:

- a) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade de trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações. Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o dia dez do mês subsequente ao vencido.

- b) É lícito ao empregador efetuar desconto nos salários do empregado em caso de dano causado por ele, desde que esta possibilidade tenha sido acordada, mesmo na ocorrência de dolo do empregado.
- c) A prestação em espécie do salário será paga em moeda corrente do País, sendo considerado como não feito o pagamento efetuado com moeda corrente de outro país.
- d) O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome do empregado, em qualquer estabelecimento de crédito.
- e) O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local de trabalho, antes do horário de início da jornada, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária.

QUESTÃO N. 65 - Sobre interrupção e suspensão do contrato, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tanto na interrupção quanto na suspensão do contrato há uma paralisação transitória da prestação de serviço e não a cessação contratual.
- b) A empresa deve continuar contribuindo para o FGTS se o empregado acidentarse no serviço ou afastar-se do emprego por motivo de serviço militar obrigatório.
- c) É vedado ao empregador dissolver o contrato de trabalho durante a cessação temporária da obrigação de trabalhar, salvo em se tratando de justa causa cometida pelo obreiro ou de extinção da empresa, que impossibilite a continuidade da relação jurídico-laboral.
- d) Nem a suspensão nem a interrupção afetam a fluência do prazo do contrato a termo, de forma que o tempo de afastamento só será deduzido da contagem do prazo, para a respectiva terminação, se assim acordarem as partes.
- e) Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença remunerada, durante o prazo desse benefício.

QUESTÃO N. 66 – Marque a afirmativa CORRETA:

- a) A legislação brasileira aderiu ao sistema exemplificativo das justas causas, arrolando as consideradas genéricas nos artigos 482 e 483 da CLT, existindo outras consideradas específicas, como aquela do artigo 508 da CLT, podendo ainda ser admitidas outras figuras faltosas além das previstas em lei.
- b) Nos contratos que tenham termo estipulado, é vedada a pactuação de cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado.
- c) Uma vez concedido o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva após o transcurso do prazo, salvo se houver retratação, independentemente da aceitação ou não da parte pré-avisada, ou persistindo a prestação depois de expirado o prazo.
- d) Caso o empregado esteja em gozo de estabilidade provisória, o empregador deverá esperar escoar esse prazo para só então conceder o aviso prévio.
- e) Em caso de reintegração de empregado estável, poderá este optar pela conversão da reintegração em indenização substitutiva do período da estabilidade.

QUESTÃO N. 67 – Marque a opção INCORRETA:

- a) O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho de suas atribuições sindicais, salvo se a transferência for por ele solicitada ou voluntariamente aceita, hipótese em que manterá o mandato.
- b) É vedada a dispensa de empregado sindicalizado desde o momento de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.
- c) Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções de direção ou representação sindical.
- d) Considera-se cargo de direção ou de representação sindical aquele cujo exercício ou indicação decorre de eleição prevista em lei.
- e) A entidade sindical deve comunicar por escrito à empresa, dentro de 24 horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado a cargo de administração sindical ou representação profissional e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este, comprovante no mesmo sentido.

QUESTÃO N. 68 - Com base nas Súmulas do TST, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- b) O artigo 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, que proibiu a interferência e a intervenção do poder público na organização sindical.
- c) Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.
- d) O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável no caso a regra da garantia de emprego.
- e) É indispensável a comunicação, pela entidade sindical, ao empregador, do dia e da hora do registro da candidatura do seu empregado a cargo de administração sindical ou representação profissional.

QUESTÃO N. 69 – Marque a opção INCORRETA:

- a) Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- b) Acordo coletivo é o ajuste celebrado entre sindicatos representativos de categorias profissionais e uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica estipulando condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou empresas acordantes.
- c) A convenção coletiva de trabalho possui eficácia *erga omnes*, enquanto que os efeitos do acordo coletivo são *inter partes*.

- d) Em face da eficácia *erga omnes* da convenção coletiva de trabalho, empregado integrante de categoria diferenciada tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.
- e) As convenções e acordos serão celebrados por escrito, sem emendas ou rasuras, em quantas vias quantos forem os sindicatos ou empresas acordantes, além de uma que deverá ser levada a registro.

QUESTÃO N. 70 - Analise as afirmativas abaixo e, de conformidade com a jurisprudência do TST, aponte a alternativa CORRETA:

- I – As gorjetas não integram a base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- II – O veículo fornecido pelo empregador ao empregado tem natureza salarial quando utilizado pelo empregado em atividades particulares, ainda que indispensável para a realização do trabalho.
- III - A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do Programa de Alimentação ao Trabalhador, instituído em lei, não integra o salário para nenhum efeito legal. Portanto, não pode haver desconto relativo a este benefício.

- a) Todas as afirmativas estão corretas
- b) Todas as afirmativas estão incorretas
- c) Somente a afirmativa I está correta
- d) Somente a afirmativa II está correta
- e) Somente a afirmativa III está correta

QUESTÃO N. 71 - Sobre os contratos a prazo e temporário, analise as afirmativas abaixo e selecione a CORRETA:

- I – Trabalho temporário é aquele realizado com termo pré-fixado, que dependa da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- II – O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, mas a prorrogação reiterada do contrato a termo, ainda que não atingidos os dois anos, transforma a modalidade contratual em contrato por prazo indeterminado.
- III - O contrato de experiência é modalidade de contrato por prazo determinado.
- IV – O trabalho temporário não pode ser utilizado na atividade fim da empresa.
- V – O contrato de experiência não pode ter prazo inferior a trinta dias nem superior a 90 dias.

- a) F,V,V,F,F
- b) V,V,V,F,F
- c) V,F,V,V,F
- d) F,V,V,F,V
- e) V,V,V,F,V

QUESTÃO N. 72 - Sobre remuneração e salário, observando a legislação aplicável e o entendimento sumulado pelo C. TST, escolha a alternativa CORRETA:

I – O trabalhador que recebe por diárias não pode ser considerado empregado, uma vez que não se estabelece, nessa modalidade, o requisito de não-eventualidade, essencial à caracterização do vínculo de emprego.

II – A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

III – Incluem-se no salário do empregado as utilidades fornecidas pelo empregador, como habitação, alimentação e transporte gratuito destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.

IV - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

V - Ao empregador é permitido efetuar desconto nos salários do empregado, quando este resultar de adiantamentos ou de contrato coletivo.

- a) V, V, F, V, V
- b) V, V, F, F, V
- c) F, F, V, V, F
- d) F, V, F, V, V
- e) V, V, F, V, F

QUESTÃO N. 73 – Analise o problema proposto e escolha a alternativa CORRETA:

Um empregado foi suspenso para apuração de falta grave. No vigésimo oitavo dia de apuração, a pessoa responsável pelo processo de apuração sofreu um acidente e ficou afastada por dois dias, o que impediu a continuação dos trabalhos. Em razão desse atraso, a suspensão do empregado vigorou por trinta e dois dias. No trigésimo terceiro dia, o empregado não concordou em voltar ao trabalho e ajuizou ação trabalhista.

Considerando o que dispõe a CLT sobre suspensão e interrupção do contrato de trabalho, você, como juiz, decidiria:

- a) Houve justa causa para a rescisão contratual em razão da recusa do empregado a trabalhar.
- b) Houve rescisão indireta do contrato de trabalho, em razão da suspensão ter excedido o prazo de trinta dias.
- c) Houve culpa recíproca na determinação do motivo da rescisão contratual.
- d) Houve pedido de demissão.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO N. 74 – Sobre a discriminação no contrato de trabalho, escolha a alternativa CORRETA:

I – Constitui crime a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez.

II – A punição criminal do empregador por ato discriminatório somente é possível quando este for pessoa física.

III – O empregado dispensado por motivo discriminatório pode optar entre a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento ou a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, em ambos os casos, com as correções e juros legais.

IV – A discriminação no trabalho nem sempre é ilícita, sendo possível em situações específicas previstas em lei.

- a) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas
- b) Somente as alternativas I, III, e IV estão corretas
- c) Somente a alternativa IV está correta
- d) Somente as alternativas I e IV estão corretas
- e) Todas estão incorretas

QUESTÃO N. 75 – A respeito de jornada, horas extraordinárias e intervalos, selecione a opção CORRETA:

I – Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extraordinárias.

II – É vedada a prorrogação de horário nas atividades insalubres.

III – Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

IV – Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

V – A duração normal do trabalho dos jornalistas profissionais não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite.

- a) Todas as afirmações são verdadeiras
- b) Somente a afirmação do item II é falsa
- c) Somente as afirmações dos itens II e IV são falsas
- d) Somente as afirmações dos itens I e V são verdadeiras
- e) Somente a afirmação do item III é falsa.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO N. 76 - De acordo com as regras do Processo Trabalhista, insertas na CLT, analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:

I – Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

II - Contra o revel que não tenha patrono nos autos, o prazo para recorrer da sentença correrá a partir da notificação da decisão.

III – Revel é a parte demandada ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, independente da presença do advogado munido da procuração.

IV – Conforme jurisprudência do TST, na ação rescisória a revelia não produz confissão ficta.

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Estão corretas as alternativas I, II e III
- c) Estão corretas as alternativas II, III e IV
- d) Estão corretas somente as alternativas III e IV
- e) Todas as alternativas estão incorretas

QUESTÃO N. 77 - Leia a hipótese apresentada e marque a opção CORRETA:

O empregado deslocou-se de Jaru-RO, cidade onde reside, até Cacoal-RO, onde foi contratado por uma empresa de construção civil sediada em Vilhena-RO, para laborar na obra por esta contratada na cidade de Ji-Paraná-RO. Pretendendo buscar judicialmente o reconhecimento de eventuais direitos laborais não respeitados pela empregadora, o empregado poderá ajuizar a sua ação trabalhista, segundo as normas celetistas que regem a competência territorial.

- a) Em qualquer Vara do Trabalho do País, a sua escolha.
- b) Na Vara do Trabalho da localidade em que a empresa tem a sua sede ou na Vara do Trabalho do domicílio do empregado.
- c) Somente em uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado de Rondônia, foro de eleição instituído pelas partes em cláusula contratual.
- d) Somente na Vara do Trabalho da localidade onde houve a prestação dos serviços.
- e) Na Vara do Trabalho da localidade onde foi celebrado o contrato ou naquela onde se deu a prestação dos respectivos serviços.

QUESTÃO N. 78 - A respeito da ação civil pública, de acordo com a Lei 7.347/85, escolha a opção CORRETA:

Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I - O Ministério Público
- II - A Defensoria Pública
- III - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV - A autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
- V - A associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

- a) Apenas a I, a II e a III estão corretas
- b) Apenas a IV está incorreta
- c) Apenas a I e a II estão corretas
- d) Apenas a II está incorreta
- e) Todas estão corretas

QUESTÃO N. 79 - Analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

- I – De acordo com a Constituição Federal de 1988, é imprescindível que haja comum acordo entre as partes para o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza jurídica.
- II – O dissídio coletivo de natureza econômica tem como objeto a criação de novos direitos para a categoria.
- III – O dissídio coletivo de natureza jurídica tem como objetivo a interpretação de normas jurídicas já existentes.

- a) Todas as afirmativas estão corretas
- b) Todas as afirmativas estão incorretas
- c) Somente a afirmativa I está correta
- d) Somente as afirmativas I e II estão corretas
- e) Somente as afirmativas II e III estão corretas

QUESTÃO N. 80 - Analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – O sócio da empresa que teve seu bem penhorado em decorrência da desconsideração da personalidade jurídica, no Processo do Trabalho, deve ajuizar embargos de terceiro com o intuito de obstar a constrição sobre o bem que lhe pertence.

II – O recurso cabível em face de decisão que denega seguimento ao recurso ordinário, por deserto, é o agravo de instrumento.

III – O prazo para interposição de embargos de declaração no Processo do Trabalho é de 8 dias.

- a) Todas as afirmativas estão corretas
- b) Todas as afirmativas estão incorretas
- c) Somente a afirmativa I está correta
- d) Somente a afirmativa II está correta
- e) Somente a afirmativa III está correta

QUESTÃO N. 81 - Marque a Opção CORRETA:

I - Na ação Civil Pública, segundo o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, se a extensão do dano a ser reparado for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

II – Na ação Civil Pública, a superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.

III - A sentença proferida na Ação Civil Pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas as opções I e II
- d) Corretas as opções II e III
- e) Corretas as opções I e III

QUESTÃO N. 82 – Marque a resposta CORRETA:

I - Os exames periciais serão realizados por perito único designado pelo Juiz, que fixará o prazo para entrega do laudo, podendo cada parte indicar um assistente, cuja laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos.

II - A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.

III – De acordo com a jurisprudência do TST, é ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas as opções I e II
- d) Corretas as opções II e III
- e) Corretas as opções I e III

QUESTÃO N. 83 - Em relação aos dissídios de alçada, marque a opção CORRETA:

I – O pedido de revisão, com efeito suspensivo, é o instrumento adequado para impugnar o valor fixado à causa.

II – É de 8 (oito) dias o prazo atacar a decisão que fixa valor à causa, mediante pedido ao Presidente do Tribunal Regional.

III - Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada, considerado, para esse fim, o valor do salário mínimo à data da sentença.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Corretas as opções I e II
- d) Corretas as opções II e III
- e) Corretas as opções I e III

QUESTÃO N. 84 - Em relação ao procedimento sumaríssimo, marque a opção CORRETA:

I - O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente. Caso não atendidas tais exigências o juiz ordenará o arquivamento dos autos, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas.

II - Deferida prova técnica, as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de cinco dias.

III - Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Correta somente a opção I
- d) Correta somente a opção II
- e) Correta somente a opção III

QUESTÃO N. 85 – Sobre conflito de jurisdição, selecione a alternativa CORRETA:

I – conflito de jurisdição ou de competência é o choque entre autoridades jurisdicionais que se supõem competentes ou incompetentes para funcionar num mesmo processo, em relação aos mesmos atos.

II – Na Justiça do Trabalho, os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre: Juizes do Trabalho e Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista; Tribunais Regionais do Trabalho; Juízos e Tribunais do Trabalho e órgãos da Justiça Ordinária.

III – A legitimação ativa para suscitar o conflito é dos Juizes e Tribunais do Trabalho; do Ministério Público do Trabalho; e das partes, sendo vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.

IV – Conforme a jurisprudência pátria, a competência para julgamento dos conflitos de jurisdição é dos Tribunais Regionais, quando suscitados entre Juízos do Trabalho e entre Juízos de Direito, ou entre uns e outros, nas respectivas regiões; do Tribunal Superior do Trabalho, quando suscitados entre Tribunais Regionais, ou entre Juízos sujeitos à jurisdição de Tribunais Regionais diferentes; do Superior Tribunal de Justiça, os suscitados entre as autoridades da Justiça do Trabalho e as da Justiça Ordinária.

- a) Todas as assertivas estão corretas
- b) Apenas a assertiva contida no item I está correta
- c) Apenas a assertiva contida no item III está incorreta
- d) Apenas as assertivas contidas nos itens I e II estão corretas
- e) Apenas a assertiva contida no item IV está incorreta

QUESTÃO N. 86 – Analise as proposições abaixo e selecione a alternativa CORRETA:

I - Os herdeiros são parte legítima para pleitear, em nome próprio, na Justiça do Trabalho, indenização por danos morais, em razão do falecimento do empregado.

II – Sobre sucessão processual, é correto afirmar que, dando-se a partilha dos bens antes de extinto o dissídio individual que o espólio assumirá pelo falecimento da parte originária, passarão a ser parte no processo os herdeiros aos quais a sentença de partilha tiver atribuído a titularidade dos bens objeto do dissídio. São, portanto, legitimados para requerer a habilitação no processo os sucessores do empregado falecido, ou a parte contrária.

III – De acordo com disposição literal de lei, os valores devidos pelos empregadores aos empregados, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, devem ser pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, conforme autoriza a Lei. Dessa forma, os dependentes habilitados perante a Previdência social são parte legítima para pleitear em juízo verbas não pagas ao trabalhador em vida.

IV – De acordo com a lei, somente o espólio tem legitimidade para pleitear o pagamento de horas extraordinárias praticadas pelo empregado antes do seu falecimento.

- a) Somente o item I está correto
- b) Somente os itens I, II e III estão corretos
- c) Somente o item III está incorreto
- d) Somente os itens II e III estão incorretos
- e) Somente o item IV está correto.

QUESTÃO N. 87 – Sobre mandato judicial, nos termos da jurisprudência sumulada do C. TST, analise as proposições abaixo e selecione a alternativa CORRETA:

I – É inadmissível a regularização processual atinente à capacidade postulatória na fase recursal, mas se admite, em instância recursal o oferecimento tardio de procuração, nos termos do artigo 37, do CPC.

II – São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

III – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato.

IV – É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

V – O art. 12, VI, do CPC não determina a exibição dos estatutos da empresa em juízo como condição de validade do instrumento de mandato outorgado ao seu procurador, salvo se houver impugnação da parte contrária.

- a) Todas as assertivas estão corretas
- b) Apenas as assertivas contidas nos item I e III estão corretas
- c) Apenas a assertiva contida no item IV está incorreta
- d) Apenas as assertivas contidas nos itens III, IV e V estão corretas
- e) Apenas a assertiva contida no item I está incorreta.

QUESTÃO N. 88 – Analise as proposições abaixo e selecione a alternativa CORRETA:

I – Nos termos expressos na Consolidação das Leis do Trabalho, é perfeitamente admissível a competência da Vara do Trabalho da localidade onde o empregado tem residência, quando o empregado for viajante comercial, e não houver Vara do Trabalho na localidade em que está situada a agência ou filial a que ele está vinculado.

II – De acordo com a legislação consolidada, compete ao juiz despachar os recursos interpostos pelas partes, fundamentando a decisão recorrida antes da remessa ao Tribunal Regional.

III - Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência em razão da matéria.

IV – o prazo para apresentação de resposta, nas exceções de incompetência, é de 24 horas improrrogáveis.

- a) V, V, V, V
- b) F, F, F, V
- c) V, V, F, V
- d) F, F, F, V
- e) V, F, F, F

QUESTÃO N. 89 - Quanto ao cumprimento da sentença trabalhista, e de acordo com as regras da CLT, analise as alternativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I - Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá, sob pena de nulidade, abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

II – Em se tratando de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
III – No processo trabalhista, a atualização do crédito devido à Previdência Social observará os mesmos critérios estabelecidos para o crédito trabalhista.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Está correta apenas a opção I
- d) Está correta apenas a opção II
- e) Está correta apenas a opção III

QUESTÃO N. 90 - Sobre recuperação judicial e falência, analise as alternativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – São exigíveis, tanto na recuperação judicial quanto na falência, as obrigações de natureza econômica, inclusive as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência.

II - as ações de natureza trabalhista serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença, vedada, em qualquer hipótese, a execução da dívida na Justiça do Trabalho.

III - As execuções de natureza fiscal e trabalhista não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

IV – O ajuizamento da ação de recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

- a) Somente o item I está correto
- b) Somente os itens II e III são falsos
- c) Somente o item IV está correto
- d) Somente os itens I e III são verdadeiros
- e) Todas as afirmativas são falsas

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO N. 91 - Sobre os atos de improbidade administrativa é CORRETO afirmar:

I - A indisponibilidade de bens, para assegurar o integral ressarcimento do dano ao erário, pode recair sobre os adquiridos, ainda que anteriormente à prática do ato de improbidade.

II - É pacífica a jurisprudência no sentido de que o afastamento do agente público de seu cargo, emprego ou função, tal como previsto no parágrafo único do artigo 20 da Lei nº 8.429/92, somente cabe, em caso de risco à instrução processual, no curso da ação de improbidade.

III - O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

- a) Todas as opções estão incorretas
- b) Todas as opções estão corretas
- c) Incorreta apenas a opção I
- d) Incorreta apenas a opção II
- e) Incorreta apenas a opção III

QUESTÃO N. 92 - Determinado candidato foi aprovado em concurso público para cargo cujo provimento passou a exigir requisito legal de escolaridade superior ao previsto no edital. Neste caso, observada a jurisprudência do STF, é CORRETO afirmar:

- a) O candidato tem direito adquirido à nomeação, ainda que não preencha os novos requisitos para o exercício do cargo, tendo em vista a ilegalidade da alteração dos critérios do concurso público depois da sua conclusão.
- b) Embora não haja ilegalidade na alteração dos critérios do concurso, a lei superveniente é ineficaz em relação ao candidato, em face da regra de aplicação da lei no tempo.
- c) O candidato não tem direito adquirido, pois, enquanto não concluído e homologado o concurso público, pode a Administração alterar as condições do certame constantes do respectivo edital, para adaptá-las à nova legislação aplicável à espécie.
- d) O candidato tem direito líquido e certo à nomeação, pois deve ser obedecido o que dispõe o edital e não o que dispõe a lei superveniente.
- e) Em favor do candidato milita a teoria do "fato consumado" gerando direito à nomeação ou anulação do concurso.

QUESTÃO N. 93 - Em relação à Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores Públicos, é CORRETO afirmar:

- a) A menor prescrição prevista para a ação disciplinar é de um ano para as infrações punidas com pena de advertência.
- b) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- c) O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar, para apuração de acumulação ilegal de cargos, é submetido ao rito ordinário e não excederá sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.
- d) Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- e) O cancelamento do registro das penalidades, quaisquer que sejam, surtirá efeitos retroativos, se, no prazo de cinco anos do efetivo exercício, o servidor não houver praticado nova infração.

QUESTÃO N. 94 - Em relação ao o regime jurídico dos servidores públicos civis, analise as afirmações abaixo e marque a opção CORRETA:

I – Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas, ainda que não conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

II – No Caso de Licença por motivo de doença em pessoa da família, não será concedida nova licença em período inferior a 12 (doze) meses do término da última licença concedida.

III – A Licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, por até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por até 30 (trinta) dias e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 90 (noventa) dias.

- a) Todas as opções estão corretas
- b) Todas as opções estão incorretas
- c) Estão corretas apenas as opções I e II
- d) Estão corretas apenas as opções II e III
- e) Estão corretas apenas as opções I e III

QUESTÃO N. 95 – Analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – o Poder Legislativo e o Poder Judiciário também podem praticar atos administrativos.

II – a revogação do ato administrativo é exclusiva da Administração enquanto sua anulação também pode ser decretada pelo Poder Judiciário.

III – a auto-executoriedade é atributo de todo ato administrativo.

- a) apenas as afirmativas I e III são corretas
- b) apenas as afirmativas I e II são corretas
- c) apenas as afirmativas II e III são corretas
- d) somente uma das afirmativas é correta
- e) nenhuma das anteriores

QUESTÃO N. 96 – Analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, por expressa previsão legal.

II – Somente quanto aos direitos e obrigações trabalhistas e comerciais, sujeitam-se as empresas públicas e sociedades de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

III – Incumbe ao Poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

- a) Apenas a II está correta
- b) Apenas a III está correta
- c) Todas estão incorretas
- d) Apenas a II está incorreta
- e) Apenas a I está incorreta

QUESTÃO N. 97 – Analise o enunciado e as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

Contratos da administração é expressão que revela gênero do qual decorrem as espécies contratos privados da administração e contratos administrativos. Considerando essa afirmação, é correto afirmar que:

I – Em ambos os tipos de contrato vigora o princípio da supremacia da administração pública, ocorrendo as chamadas cláusulas exorbitantes a favor da administração pública.

II – No caso dos contratos privados da administração, esta se encontra no mesmo plano jurídico dos contratados.

III – No contrato administrativo, pode a contratante ou o contratado rescindir unilateralmente, mas somente a administração pública poderá aplicar sanções decorrentes do descumprimento do objeto do contrato.

- a) Apenas a I está correta
- b) Apenas a II está correta
- c) Apenas a III está correta
- d) Todas estão incorretas
- e) Apenas a I e a II estão corretas

QUESTÃO N. 98 – Julgue os itens e marque a opção CORRETA:

A Administração Pública no Brasil:

I – Sujeita-se apenas ao controle externo do Tribunal de Contas.

II – É exercida tão somente pelo Poder Executivo.

III – Não está sujeita a controle judicial em períodos de estado de defesa ou estado de sítio.

IV – Subordina-se aos princípios prescritos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

V – Sujeita-se ao controle exclusivo do Poder Judiciário.

- a) Somente os itens II e IV estão corretos
- b) Somente os itens I e IV estão corretos
- c) Somente os itens II, IV e V estão incorretos
- d) Somente os itens I, II, III e V estão incorretos
- e) Somente os itens I, I, e V estão incorretos

QUESTÃO N. 99 – Em relação aos bens públicos, marque a alternativa que NÃO INCORRE EM ERRO:

- a) Se o bem se enquadra na categoria dos bens públicos, pode ser alienado a terceiro, desde que não se trate de bem público de uso especial.
- b) Bens públicos podem ser onerados com direito real em favor de terceiros.
- c) Em caso de bem público móvel, poderá ser adquirido por usucapião, desde que dele tenha posse no prazo legal.
- d) Até os bens de uso comum do povo podem ser alienados, desde que sejam desafetados e classificados como bens dominicais.
- e) Os bens públicos, iniciado o processo de execução, podem sofrer a incidência da penhora somente após a requisição por precatórios.

QUESTÃO N. 100 – Analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA:

I – É plenamente possível a composição no curso do inquérito civil público.

II – se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente. Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

III – O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis. Nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

- a) Somente os itens II e III estão corretos
- b) Somente os itens I e II estão corretos
- c) Todos os itens estão corretos
- d) Somente os itens I e III estão corretos
- e) Todos os itens estão incorretos